

CNPJ: 11.569.190/0001-89

Folha nº 50
Proc. nº 050/23
Rubrica.....

PARECER JURÍDICO

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2023.
PARECER JURIDICO Nº 020/2023

INTERESSADO: Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Açailândia – IPSEMA.

ASSUNTO: Análise sobre participação 02 (dois) servidores no 56º Congresso nacional da ABIPEM, nos dias 14 a 16 de junho de 2023, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Participação das servidoras Josane Maria Sousa Araújo, Ritiele Cristine Coelho, no 56º Congresso nacional da ABIPEM, nos dias 14 a 16 de junho de 2023, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Inexigibilidade de licitação. Legalidade do procedimento, face à natureza singular do objeto e à notoriedade do instrutor. Pagamento antecipado, relativo à inscrição no evento. Possibilidade. Condições semelhantes às praticadas no setor privado. Doutrina. Jurisprudência do TCU. Entendimentos da AGU.

1 - INTRODUÇÃO

Trata-se do Processo Administrativo nº 050/2023, em que se pretende a efetivação da inscrição de 02 (dois) servidores no 56º Congresso nacional da ABIPEM, nos dias 14 a 16 de junho de 2023, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

As informações sobre o curso, disponibilizadas no sítio da empresa organizadora do evento na internet¹, instruem este processo às folhas 03 a 07.

Cabe a esta Assessoria Jurídica a emissão de parecer acerca do enquadramento jurídico da contratação, informando sobre a adequação dos procedimentos adotados, incluindo opinião expressa sobre a regularidade ou não do processo, considerando a possibilidade de efetuar a inscrição mediante inexigibilidade de licitação e de realização de pagamento anterior à realização do evento (pagamento antecipado).

Associação Brasileira de
Associações de
Professores

Associação Brasileira de
Associações de
Professores

INEXIBILIDADE Nº 002/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2013
PARCELA JURÍDICA Nº 020/2013

INTERESSADO: Instituto de Previdência Social dos Professores do Município de
Açailândia - IPREPA
ASSUNTO: Análise sobre participação de (bens) bens pessoais em concurso público
de ABPEM, nos dias 14 e 15 de junho de 2013, na cidade de São Luís, Maranhão.

Participação em concursos públicos (bens)
pessoais em concurso público de ABPEM, nos dias 14 e 15 de junho
de 2013, na cidade de São Luís, Maranhão, no Município de
Açailândia - IPREPA. O interessado é o Sr. [nome], inscrito no
CPF nº [número], residente e domiciliado em [endereço].
O interessado apresentou a seguinte documentação:
1. Documento de identificação pessoal;
2. Documento de identificação profissional;
3. Documento de identificação de bens pessoais;
4. Documento de identificação de bens pessoais;
5. Documento de identificação de bens pessoais;
6. Documento de identificação de bens pessoais;
7. Documento de identificação de bens pessoais;
8. Documento de identificação de bens pessoais;
9. Documento de identificação de bens pessoais;
10. Documento de identificação de bens pessoais.

1 - INTRODUÇÃO

Trata-se do Processo Administrativo nº 020/2013, em que se pretende
a realização de inscrição de 02 (dois) candidatos para o concurso público de
ABPEM, nos dias 14 e 15 de junho de 2013, na cidade de São Luís, Maranhão.

As inscrições serão realizadas em caráter de responsabilidade, no site da empresa
organizadora do evento na Internet, durante este processo de inscrição 02/2013.

Devido a esta Associação ter sido inscrita no CNPJ nº 08.000.000/0001-00, com
emprego público, a Associação não poderá participar do concurso público de
ABPEM, nos dias 14 e 15 de junho de 2013, na cidade de São Luís, Maranhão,
por ser considerada pessoa jurídica de direito público, não sendo possível
participar de concurso público de ABPEM, nos dias 14 e 15 de junho de 2013,
na cidade de São Luís, Maranhão.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Determina a Lei nº 8.666/1993, art. 25, II, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Com relação à contratação direta fundamentada no art. 25, inc. II, da Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula TCU nº 252: *“A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado”*.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes ressalta que a singularidade é do objeto e não a do profissional, e que deve estar conjugada necessariamente com a notória especialização do contratado.

Lucas Rocha Furtado acrescenta que os parâmetros postos no § 1º do art. 25, da Lei nº 8.666/1993, apesar de serem razoavelmente objetivos, ainda reservam certo grau de discricionariedade para a definição da notória especialidade. Salienta *“que em determinado setor de atividade, pode haver mais de uma empresa com ampla experiência na prestação de serviço singular, e pode não obstante, ocorrer que em circunstâncias dadas, somente uma dentre elas tenha notória especialidade”*.

Especificamente sobre a contratação de *“treinamento e aperfeiçoamento de pessoal”*, previsto no inc. VI do art. 13 da Lei no 8.666/1993, além dos requisitos acima indicados pela Doutrina, são igualmente pertinentes as definições e o contorno deste tipo de contratação postos nas Decisões n.º 535/1996 e 439/1998, ambas do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Na Decisão nº 535/1996, o TCU admitiu a contratação direta, fundada no art. 25, inc. II, da Lei no 8.666/1993, por prazo determinado, de docentes previamente cadastrados e selecionados de acordo com o currículo, dando-se preferência aos professores do local onde seria realizado o treinamento/aperfeiçoamento, bem como a proceder, nos demais casos, licitações para a contratação de instrutores, realizando um certame licitatório para cada conjunto de cursos de uma mesma disciplina, dado o conteúdo didático de cada disciplina.

Na Decisão nº 439/1998, por sua vez, a Corte de Contas consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores



2 - FUNDAMENTAÇÃO

Interpreta a Lei de 8 de maio de 1964, art. 2º, da seguinte maneira: quando houver nível inferior de competência em matéria de serviço técnico especializado no art. 2º da mesma lei, deve ser observado a hierarquia de competências e a especialização do pessoal.

Com relação ao tratamento jurídico administrativo de que goza o servidor de carreira, a Lei de 8 de maio de 1964, art. 2º, estabelece que o servidor de carreira goza de tratamento jurídico administrativo diferenciado em relação ao servidor de provimento temporário, sendo este último considerado como um empregado público e sujeito ao regime jurídico administrativo comum. A Lei de 8 de maio de 1964, art. 2º, estabelece que o servidor de carreira goza de tratamento jurídico administrativo diferenciado em relação ao servidor de provimento temporário, sendo este último considerado como um empregado público e sujeito ao regime jurídico administrativo comum.

Logo, o servidor de carreira goza de tratamento jurídico administrativo diferenciado em relação ao servidor de provimento temporário, sendo este último considerado como um empregado público e sujeito ao regime jurídico administrativo comum.

Logo, o servidor de carreira goza de tratamento jurídico administrativo diferenciado em relação ao servidor de provimento temporário, sendo este último considerado como um empregado público e sujeito ao regime jurídico administrativo comum.

Logo, o servidor de carreira goza de tratamento jurídico administrativo diferenciado em relação ao servidor de provimento temporário, sendo este último considerado como um empregado público e sujeito ao regime jurídico administrativo comum.

Logo, o servidor de carreira goza de tratamento jurídico administrativo diferenciado em relação ao servidor de provimento temporário, sendo este último considerado como um empregado público e sujeito ao regime jurídico administrativo comum.

Logo, o servidor de carreira goza de tratamento jurídico administrativo diferenciado em relação ao servidor de provimento temporário, sendo este último considerado como um empregado público e sujeito ao regime jurídico administrativo comum.

CNPJ: 11.569.190/0001-89

para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

Importante observar que, ainda por ocasião da instrução e do julgamento do processo que resultou na Decisão nº 439/1998, apesar de a Unidade Técnica ter entendido que não seria para todo e qualquer curso que se aplicaria a exceção do art. 25, inc. II, estando excluída para a hipótese de curso mais convencional, básico, considerando que neste caso a diferença entre os serviços prestados por um ou outro licitante poderia ser mínima, sem prejuízo do objetivo do treinamento, prevaleceu a idéia de que, naquela oportunidade (1998), o estágio da discussão da matéria não permitia esta distinção.

Quanto ao conceito de notória especialização, restou consignado naquela decisão que o contido no §1º do art. 25 da Lei 8.666/1993 está relacionado com as atividades do profissional, permitindo inferir que o seu trabalho é essencial, não sendo necessário que se apresente como o único prestador do serviço pretendido.

Parece pertinente, ainda, distinguir os denominados cursos abertos dos fechados. Os cursos abertos são aqueles que permitem a participação de quaisquer interessados, sendo fixados e programados pelo seu realizador. São, portanto, acessíveis a qualquer pessoa interessada na sua proposta. Os cursos fechados são voltados para grupos certos e determinados de indivíduos, elaborados de acordo com metodologia e horários previamente fixadas pelo contratante. De conseguinte, não são acessíveis a qualquer interessado, mas apenas àquelas integrantes do quadro de quem os contrata.

Sobre os cursos de treinamento aberto ou fechado, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes assevera que *“é também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição. Contudo, para a realização de seminários fechados, promovido por qualquer dessas mesmas instituições, é, em princípio, exigível a licitação, porque o interesse e conveniência de treinamento podem ser determinados pela Administração, ao contrário do caso anterior, em que a oportunidade é ditada pelas instituições”*.

Assim, somente se enquadra na inexigibilidade fundada no art. 25, inc. II, combinado com o art. 13, inc. VI, da Lei nº 8.666/1993, a contratação de cursos abertos, sendo que os cursos fechados devem ser objeto de licitação.

In casu, trata-se de curso aberto.

para a elaboração de seu plano de negócios, e de seu plano de marketing, para a elaboração de seu plano financeiro, e de seu plano de recursos humanos. A elaboração de cada um desses planos deve ser feita de forma integrada, considerando as interações entre eles.

Importante ressaltar que, embora seja possível elaborar um plano de negócios sem a elaboração de um plano financeiro, a elaboração de um plano financeiro sem a elaboração de um plano de negócios é impossível. Portanto, a elaboração de um plano de negócios deve ser feita de forma integrada, considerando as interações entre todos os planos.

Quando se fala em plano de negócios, geralmente se refere ao plano de negócios de uma empresa. No entanto, é importante ressaltar que o plano de negócios pode ser elaborado para qualquer tipo de empreendimento, seja ele uma empresa, um projeto ou um produto.

O plano de negócios é um documento que descreve o plano de negócios de uma empresa. Ele é um documento que descreve o plano de negócios de uma empresa, e é um documento que descreve o plano de negócios de uma empresa.

Portanto, o plano de negócios é um documento que descreve o plano de negócios de uma empresa. Ele é um documento que descreve o plano de negócios de uma empresa, e é um documento que descreve o plano de negócios de uma empresa.

Assim, o plano de negócios é um documento que descreve o plano de negócios de uma empresa. Ele é um documento que descreve o plano de negócios de uma empresa, e é um documento que descreve o plano de negócios de uma empresa.

Em caso de dúvidas, consulte o CNPJ nº 07.000.000/0001-90.

CNPJ: 11.569.190/0001-89

De se notar ainda, que a própria Advocacia-Geral da União, ao emitir a Orientação Normativa AGU nº 18, firmou seu posicionamento no sentido de que, existindo em algum caso concreto determinado traço distintivo, seja devidamente justificado pela Administração e efetuada a contratação por inexigibilidade para a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros: *“contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista”*.

24

Retornando à Súmula TCU nº 252, vislumbramos o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666/1993:

a) em primeiro lugar, trata-se de serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);

b) em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga-horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento (abordagem prática e jurisprudencial), instrutor, datas de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação nos dias previstos para o Congresso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;

Quanto à questão do pagamento do valor das inscrições dos servidores anteriormente à realização do evento, observe-se, inicialmente, que a possibilidade de pagamento antecipado na administração pública é excepcional, conforme os arts. 62 e 63, §2º, III da Lei nº 4.320/1964² c/c o artigo 38 do Decreto nº 93.872/1986³.

O Tribunal de Contas da União já se manifestou reiteradas vezes sobre o caráter excepcional do pagamento antecipado, que somente é admitido quando houver previsão no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta; e interesse público devidamente demonstrado com a apresentação de cautelas⁴ e garantias⁵ nos casos em que a antecipação do pagamento seja a única alternativa para assegurar a prestação do serviço desejado (condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, conforme previsto no art. 15, III, da Lei nº 8.666/1993), devendo tudo isso ser observado pelo gestor. Senão vejamos:

² O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

³ Não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviço, inclusive de utilidade pública, admitindo-se, todavia, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, convênio, acordo ou ajuste, segundo a forma de pagamento nele estabelecida, prevista no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta.

⁴ Em relação às cautelas, citam-se os seguintes exemplos, não exaustivos: a) a inserção de dispositivo no instrumento convocatório ou no contrato que obrigue o contratado a devolver o valor antecipado atualizado caso não executado o objeto, sem prejuízo de multa e demais sanções previstas em lei; b) a comprovação da execução de parte ou etapa do objeto pelo contratado, nas condições e percentuais fixados no instrumento convocatório ou no contrato; c) emissão de título de crédito pelo contratado; e d) verificação do desempenho do contratado em outras relações contratuais mantidas com a Administração Pública.

⁵ Como exemplos de garantia, podem ser citadas as previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.



CONSTITUÇÃO DE 1988

De acordo com o art. 208, inciso III, da Constituição de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de assegurar, em seu âmbito, o ensino fundamental e o ensino médio. A União é responsável por estabelecer normas gerais de organização, diretrizes e padrões mínimos de funcionamento para o ensino fundamental e o ensino médio. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por organizar, manter e desenvolver o ensino fundamental e o ensino médio em seu âmbito, de acordo com as normas gerais estabelecidas pela União.

De acordo com o art. 208, inciso IV, da Constituição de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de assegurar, em seu âmbito, o ensino superior. A União é responsável por estabelecer normas gerais de organização, diretrizes e padrões mínimos de funcionamento para o ensino superior. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por organizar, manter e desenvolver o ensino superior em seu âmbito, de acordo com as normas gerais estabelecidas pela União.

De acordo com o art. 208, inciso V, da Constituição de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de assegurar, em seu âmbito, o ensino técnico. A União é responsável por estabelecer normas gerais de organização, diretrizes e padrões mínimos de funcionamento para o ensino técnico. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por organizar, manter e desenvolver o ensino técnico em seu âmbito, de acordo com as normas gerais estabelecidas pela União.

De acordo com o art. 208, inciso VI, da Constituição de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de assegurar, em seu âmbito, o ensino profissionalizante. A União é responsável por estabelecer normas gerais de organização, diretrizes e padrões mínimos de funcionamento para o ensino profissionalizante. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por organizar, manter e desenvolver o ensino profissionalizante em seu âmbito, de acordo com as normas gerais estabelecidas pela União.

De acordo com o art. 208, inciso VII, da Constituição de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de assegurar, em seu âmbito, o ensino de idiomas estrangeiros. A União é responsável por estabelecer normas gerais de organização, diretrizes e padrões mínimos de funcionamento para o ensino de idiomas estrangeiros. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por organizar, manter e desenvolver o ensino de idiomas estrangeiros em seu âmbito, de acordo com as normas gerais estabelecidas pela União.

De acordo com o art. 208, inciso VIII, da Constituição de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de assegurar, em seu âmbito, o ensino de artes e esportes. A União é responsável por estabelecer normas gerais de organização, diretrizes e padrões mínimos de funcionamento para o ensino de artes e esportes. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por organizar, manter e desenvolver o ensino de artes e esportes em seu âmbito, de acordo com as normas gerais estabelecidas pela União.

De acordo com o art. 208, inciso IX, da Constituição de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de assegurar, em seu âmbito, o ensino de ciências exatas e naturais. A União é responsável por estabelecer normas gerais de organização, diretrizes e padrões mínimos de funcionamento para o ensino de ciências exatas e naturais. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por organizar, manter e desenvolver o ensino de ciências exatas e naturais em seu âmbito, de acordo com as normas gerais estabelecidas pela União.

De acordo com o art. 208, inciso X, da Constituição de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de assegurar, em seu âmbito, o ensino de ciências humanas e sociais. A União é responsável por estabelecer normas gerais de organização, diretrizes e padrões mínimos de funcionamento para o ensino de ciências humanas e sociais. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por organizar, manter e desenvolver o ensino de ciências humanas e sociais em seu âmbito, de acordo com as normas gerais estabelecidas pela União.

[RELATÓRIO] (...)

50. Como regra, o pagamento feito pela Administração é devido somente após o cumprimento da obrigação pelo particular, por determinação do art. 62 da Lei nº 4.320/1964. A antecipação de pagamentos é prática que deve ser rejeitada no âmbito do serviço público, para evitar beneficiamentos ilícitos e possibilitar a verificação do cumprimento do serviço contratado, antes do efetivo desembolso. (...)

53. Essa Corte de Contas já firmou entendimento no sentido de que a antecipação de pagamento somente deve ser admitida em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Administração, ocasião em que deve ficar demonstrada a existência de interesse público, obedecidos os critérios e exceções expressamente previstos pela legislação que rege a matéria, quais sejam, existência de previsão no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta e as indispensáveis cautelas e garantias.

(...) [ACÓRDÃO] 9.2. determinar (...) que se abstenha de realizar pagamentos antecipados de fornecimento de materiais, de execução de obras e de prestação de serviços, devendo os procedimentos de liquidação de despesa observar os ditames dos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964, exceto quando restar comprovada a existência de interesse público devidamente demonstrado, houver previsão nos documentos formais de adjudicação e forem exigidas as devidas cautelas e garantias; (AC-2565-29/07-1 Sessão: 28/08/07).

Relatório de Auditoria. Contrato. Pagamento antecipado. [ACÓRDÃO] 9.1 - determinar à Prefeitura Municipal (...) a adoção das seguintes medidas: (...) 9.1.2. somente faça constar em contratos futuros a previsão para pagamentos antecipados (...) caso seja essa a única alternativa para assegurar a prestação do serviço desejado, ou propiciar sensível economia de recursos, devendo ser detalhadamente justificadas as razões do assim agir, bem como sejam inseridas, além da previsão de descontos para recuperação dos valores antecipados, cláusulas instituindo as necessárias cautelas e garantias, previstas no artigo 56 da Lei nº 8.666/93, de forma a assegurar o pleno cumprimento do contrato, conforme dispõe o art. 38 do Decreto nº 93.872/86 e a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos

ARTICLE 10

1. The Commission shall have the right to request any Member State to supply it with such information as it may require for the purposes of this Regulation. The Commission shall also have the right to request any Member State to carry out such investigations as it may deem necessary for the purposes of this Regulation. The Commission shall also have the right to request any Member State to suspend or to limit the export of certain goods or to suspend or to limit the import of certain goods.

2. The Commission shall have the right to request any Member State to suspend or to limit the export of certain goods or to suspend or to limit the import of certain goods. The Commission shall also have the right to request any Member State to suspend or to limit the export of certain goods or to suspend or to limit the import of certain goods. The Commission shall also have the right to request any Member State to suspend or to limit the export of certain goods or to suspend or to limit the import of certain goods.

3. The Commission shall have the right to request any Member State to suspend or to limit the export of certain goods or to suspend or to limit the import of certain goods. The Commission shall also have the right to request any Member State to suspend or to limit the export of certain goods or to suspend or to limit the import of certain goods. The Commission shall also have the right to request any Member State to suspend or to limit the export of certain goods or to suspend or to limit the import of certain goods.

4. The Commission shall have the right to request any Member State to suspend or to limit the export of certain goods or to suspend or to limit the import of certain goods. The Commission shall also have the right to request any Member State to suspend or to limit the export of certain goods or to suspend or to limit the import of certain goods. The Commission shall also have the right to request any Member State to suspend or to limit the export of certain goods or to suspend or to limit the import of certain goods.

CNPJ: 11.569.190/0001-89

1.552/2002-P, 918/2005-2ª C, 948/2007-P e 2.565/2007-1ªC);

Convém fazer referência ainda a outras decisões do TCU no mesmo sentido, isto é, admitindo o pagamento antecipado em situações excepcionais, constante dos Acórdãos n.º 1.552/2002, 948/2007, 2.679/2010 e 1.383/2011, do Plenário; 1.442/2003, 2.565/2007, 589/2010 e 5.294/2010, da Primeira Câmara; e 918/2005, da Segunda Câmara.

Também aqui a AGU, por meio da Orientação Normativa nº 37, admite a antecipação de pagamento em situações excepcionais, devidamente justificadas pela administração, demonstrando-se a existência de interesse público, observados os seguintes critérios:

- 1) represente condição sem a qual não seja possível obter o bem ou assegurar a prestação do serviço, ou propicie sensível economia de recursos;
- 2) existência de previsão no edital de licitação ou nos instrumentos formais de contratação direta; e
- 3) adoção de indispensáveis garantias, como as do art. 56 da Lei nº 8.666/93, ou cautelas, como por exemplo a previsão de devolução do valor antecipado caso não executado o objeto, a comprovação de execução de parte ou etapa do objeto e a emissão de título de crédito pelo contratado, entre outras.

Assim, a situação sob análise parece autorizar o pagamento antecipado, uma vez que:

- a) a administração precisa capacitar seu pessoal e a empresa responsável pelo treinamento, a exemplo da imensa maioria das empresas que atuam nesse ramo de negócios, somente admite a inscrição mediante pagamento anterior ao início curso. Ou seja, o não pagamento do valor da inscrição antes do treinamento inviabilizaria a própria participação dos interessados no evento;
- b) o valor a ser cobrado à administração por cada inscrição paga antecipadamente é o mesmo exigido a particulares para pagamento antecipado e à vista R\$ 800,00 (oitocentos reais).
- c) no próprio site do evento há previsão de substituição do participante cuja inscrição já fora paga, ou mesmo cancelamento de inscrição, com a devolução do valor pago. Ademais, no caso de cancelamentos e transferências que ocorram por parte da empresa organizadora, que impossibilitem a participação do candidato, "a devolução do valor será feita integralmente, no prazo de até 2 dias";

Finalmente, cumpre salientar que, em decorrência da Decisão TCU nº 705/1994 e do Acórdão TCU nº 1.054/2012, ambos do Plenário, para que se possa proceder ao pagamento, é necessário exigir-se da empresa organizadora do evento a documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos do INSS) e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS), além da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

27


3 - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, conclui-se que:

- a) É possível a contratação direta sem licitação para a participação de 02 (dois) servidores no 56º Congresso nacional da ABIPEM, nos dias 14 a 16 de junho de 2023, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, no aludido seminário mediante inexigibilidade de licitação, eis que observados, *in casu*, os requisitos do art. 25, II c/c art. 13, da Lei nº 8.666/1993, e da Súmula TCU nº 252;
- b) É possível o pagamento da inscrição do interessado anteriormente à realização do Congresso, haja vista ser esta a única maneira de garantir a efetiva participação no evento, e considerando ainda a adoção de indispensáveis cautelas, como a previsão de devolução do valor antecipado caso não executado o objeto;
- c) Como condição para o pagamento, faz-se necessária a apresentação, pela empresa contratada, de documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos do INSS) e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS), além da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

É o parecer, s. m. j.

Açailândia/MA, 25 de maio de 2023.



Raimundo Fonseca Santos
Assessor jurídico
OAB-nº. 9126/MA
Port. Nº 008/2021- IPSEMA

